

Segunda tricotomia

Baseada na categoria fundamental da secundidade, a segunda tricotomia descreve os signos sob o ponto de vista das relações entre representamen e objeto. Peirce considera esta tricotomia como “a divisão mais importante dos signos” (CP, 2.275). Os três elementos que a compõem são determinados conforme as três categorias fundamentais. São eles, o ícone, o índice e o símbolo.

O ícone

O ícone participa da primeiridade por ser “um signo cuja qualidade significante provém meramente da sua qualidade” (CP, 2.92). Conforme tal definição, o ícone é, ao mesmo tempo, um qual-signo. Porém um qual-signo icônico – também denominado ícone puro (CP, 2.276, 2.92) – que participa apenas da categoria da primeiridade é só uma possibilidade hipotética da existência de um signo, pois o signo genuíno participa necessariamente das categorias da secundidade (qua objeto) e da terceiridade (qua interpretante).

Um ícone puro seria, portanto, um signo não comunicável, porque “o ícone puro é independente de qualquer finalidade, serve só e simplesmente como signo pelo fato de ter a qualidade que o faz significar”. Assim entendido, o ícone puro não pode verdadeiramente existir; pode, no máximo, constituir “um fragmento de um signo mais completo”. Um pequeno exemplo dado por Peirce fornece elementos para que possamos entender melhor como se dá, num fenômeno semiótico, a aproximação ao ícone puro:

Ao contemplar uma pintura, há um momento em que perdemos a consciência do fato de que ela não é a coisa. A distinção do real e da cópia desaparece e por alguns momentos é puro sonho;

não é qualquer existência particular e ainda não é existência geral. Nesse momento, estamos contemplando um ícone (CP, 3.362).

Como tais fenômenos de iconicidade reduzida à primeiridade não ocorrem na realidade semiótica cotidiana – onde os signos genuínos participam sempre da primeiridade – Peirce também define a ideia de um ícone puro como sendo um caso de “degeneração semiótica”. Um ícone puro seria, pois, um signo degenerado – não no sentido de uma avaliação pejorativa – mas no sentido de estar restrito a participar de apenas um constituinte do signo.

Após esses comentários sobre a impossibilidade de uma iconicidade pura, temos de chegar à realidade cotidiana dos ícones que são signos genuínos. Em contraposição ao ícone puro, Peirce também se referiu aos ícones que participam na secundidade e na terceiridade, denominando-os hipo-ícones (CP, 2.276). Um hipo-ícone é ou um sin-signo icônico ou um legi-signo icônico.

O critério para defini-los é o da similaridade entre representamen e objeto. Peirce fala de um signo que é “semelhante” ao seu objeto (CP, 3.362), mas também se refere a um signo que participa “do caráter do objeto” (CP, 4.531) e, ainda, de um signo “cujas qualidades são semelhantes às do objeto e excitam sensações análogas na mente para a qual é uma semelhança”. Os seus exemplos são de retratos, pinturas (CP, 2.92), fotografias (CP, 2.280), metáforas, diagramas, gráficos lógicos (CP, 4.418-420) e até fórmulas algébricas.

Muitos desses signos não são semelhantes aos seus objetos, no sentido ordinário da palavra. Por que, por exemplo, as fórmulas algébricas e os diagramas seriam ícones? A chave da iconicidade desses signos reside na noção das correspondências relacionais. Peirce explica: “muitos diagramas não se assemelham de modo algum aos seus objetos quanto à aparência; a semelhança entre eles consiste apenas da relação entre suas partes” (CP, 2.282).

Prós e contras a iconicidade

Iconicidade, como vimos, inclui “similaridade” entre relações abstratas e homologias estruturais. Muitos ícones participam, também, de outros modos de semiose: um signo ideográfico, por exemplo, não é só um signo por semelhança, mas também signo por arbitrariedade e convenção – portanto, signo simbólico, para Peirce.

Com essa interpretação mais ampla do signo icônico, chegamos a um momento em que é preciso considerar, ainda que brevemente, os argumentos dos críticos do conceito desse tipo de signo. Entre eles, Nelson Goodman e Umberto Eco.

Eco (1976: 191-217) considera “ingênua” a teoria dos signos baseados na semelhança com o objeto. Na interpretação dele, o iconismo tem sua base nas convenções culturais e “similaridade não diz respeito à relação entre imagem e objeto, mas entre imagem e um conteúdo previamente compactuado pela cultura” (Eco, 1976: 204). Nelson Goodman (1972), no seu ensaio *Seven strictures on similarity*, mantém posição ainda mais radical: na sua interpretação relativista, quase qualquer imagem pode significar qualquer outra coisa.

Peirce mesmo antecipou tais argumentos iconoclastas quando explicou que iconicidade não é uma relação de qualquer realidade ontológica entre dois fenômenos do mundo, mas, ao contrário, resulta de uma relação estabelecida no ponto de vista do intérprete do signo icônico:

Quaisquer dois objetos na natureza se assemelham e, de fato, neles mesmos, tanto quanto quaisquer outros dois objetos. É só com respeito aos nossos sentidos e necessidades que uma semelhança conta mais que a outra. Semelhança é uma identidade de caracteres. E isto é o mesmo que dizer que a mente reúne as idéias semelhantes numa só noção (CP, 1.365).

Imagens, diagramas e metáforas

Na análise das formas de iconicidade dos signos, Peirce aplicou novamente as três categorias fundamentais para distinguir três modos de primeiridade com base nos ícones (CP, 2.277). Na primeiridade dos ícones, isto é, na consideração do representamen deles, pode haver, mais uma vez, primeiridade, secundidade e terciaridade.

No primeiro caso, o representamen do ícone é signo por mera qualidade e tem o nome de imagem. Um exemplo é o valor de apresentação da cor em uma pintura. A arte minimalista deste século inventou as pinturas monocromáticas, um caso típico de ícones do tipo imagem.

No segundo caso, o representamen é ícone devido às relações diádicas existentes entre suas próprias partes, como acontece num diagrama. A categoria, porém, não inclui só os diagramas dos engenheiros, mas qualquer ícone cuja semelhança seja evidenciada nas relações. Há diagramas até mesmo na estrutura interna das frases; uma receita culinária é também um diagrama, na medida em que a seqüência de frases instruindo o cozinheiro corresponde à seqüência das ações a serem executadas.

No terceiro caso, o representamen é signo porque mantém relação triádica na forma de paralelismo entre dois elementos constitutivos, paralelismo que se resolve com uma terceira relação. Um ícone dessa categoria é a metáfora. Consideremos, como exemplo, a metáfora “olho do céu”, com a qual Shakespeare se refere ao sol. Os três elementos de sua composição são, respectivamente, o sentido literal do órgão da percepção, o sentido metafórico do “sol” e o *tertium comparationis*, o sentido comum à relação dos dois primeiros. Nesse caso, poderíamos ainda relacioná-los com outros atributos, tais como o “redondo” e o “brilhante”.

Os três tipos de ícone representam três graus de iconicidade decrescente e, também, de degeneração semiótica. Imagens são imediatamente icônicas, mas uma vez que significam sem passar

pela secundidade e terceiridade são signos degenerados. Metáforas são signos genuínos, mas por se referirem indiretamente ao objeto possuem menor grau de iconicidade.

Índices

O índice participa da categoria de secundidade porque é um signo que estabelece relações diádicas entre representamen e objeto. Tais relações têm, principalmente, o caráter de causalidade, espacialidade e temporalidade.

Quanto à causalidade, Peirce escreveu que “toda força física atua entre um par de partículas, de forma que qualquer uma delas pode servir de índice da outra” (CP, 2.300). Por isso, “o índice está fisicamente conectado com seu objeto; formam, ambos, um par orgânico. Porém, a mente interpretativa não tem nada a ver com essa conexão, exceto o fato de registrá-la, depois de estabelecida” (CP, 2.299).

Entre os exemplos peirceanos de índice estão o cata-vento, uma fita métrica, uma fotografia, o ato de bater à porta, um dedo indicador apontando numa direção e um grito de socorro.

Índices também existem na linguagem. Nomes próprios e pronomes pessoais são índices porque se referem a indivíduos particulares. Outros pronomes, artigos e preposições são índices verbais porque estabelecem relações entre palavras dentro de um texto.

As características do índice ficam mais patentes quando comparamos esses signos aos signos icônicos e aos símbolos. Peirce fez tal comparação:

Os índices podem distinguir-se de outros signos ou representações por três traços característicos: primeiro, não têm nenhuma semelhança significativa com seus objetos; segundo, referem-se a

individuais, unidades singulares, coleções singulares de unidades ou a contínuos singulares; terceiro, dirigem a atenção para os seus objetos através de uma compulsão cega [...] Psicologicamente, a ação dos índices depende de uma associação por contigüidade e não de uma associação por semelhança ou por operações intelectuais (CP, 2.306).

Símbolos

O símbolo é o signo da segunda tricotomia que participa da categoria de terceiridade. A relação entre representamen e objeto é arbitrária e depende de convenções sociais. São, portanto, categorias da terceiridade – como o hábito, a regra, a lei e a memória – que se situam na relação entre representamen e objeto. Na definição peirceana, “um símbolo é um signo que se refere ao objeto que denota, em virtude de uma lei, normalmente uma associação de idéias gerais” (CP, 2.449). Cada símbolo é, portanto e ao mesmo tempo, um legi-signo: “Todas as palavras, frases, livros e outros signos convencionais são símbolos” (CP, 2.292).

Outros exemplos de símbolos são o estandarte, uma insígnia, uma senha, um credo religioso, uma entrada de teatro ou um bilhete ou talão qualquer (CP, 2.297).

O perspectivismo da classificação peirceana

Neste ponto é preciso sublinhar que a tipologia peirceana dos signos não é uma classificação aristotélica, no sentido de que cada signo pertence a uma só classe dessa tipologia. O que Peirce descreve não são classes aristotélicas de signos, mas aspectos de signos. Por isso, um mesmo signo pode ser considerado sob

vários aspectos e submetido a diversas classificações. Essa visão perspectivista dos signos é especialmente importante para descrever os signos verbais: cada palavra é, em primeiro lugar, símbolo, pelos aspectos da arbitrariedade e do convencionalismo. A tradução para outras línguas nos dá provas disso. Entretanto, algumas palavras são, ao mesmo tempo, índices, uma vez que estabelecem relações diádicas, como no caso, já referido, dos pronomes. Outras palavras, como é o caso das onomatopéias, são símbolos e ícones ao mesmo tempo, por representarem, na pronúncia, o som natural das coisas (p. ex., "murmúrio", "ping-pong" etc.).

Os fundamentos indexicais dos símbolos

Além dos casos de cruzamento entre signos icônicos, indexicais e simbólicos, nos quais o aspecto icônico ou indicial predomina em signos de base simbólica, Peirce ainda reconheceu outra forma de participação mais substancial dos símbolos nos outros dois tipos da segunda tricotomia. Sua tese é a de que o uso dos signos simbólicos no processo da comunicação também implica sempre o uso indicial e icônico desses símbolos.

Consideremos primeiramente o aspecto indicial dos símbolos usados na semiose humana. Peirce enfatizou que:

Um símbolo [...] não pode indicar uma coisa particular qualquer; ele denota um tipo de coisa. Não apenas isso, mas ele próprio é um tipo e não uma coisa singular. Podemos escrever a palavra estrela, mas isso não faz de quem a escreve o criador da palavra, assim como, se apagarmos a palavra, não a destruímos. A palavra vive na mente daqueles que a empregam. Mesmo que estejam dormindo, ela existe em suas memórias. Assim, não podemos admitir, se houver razão para assim

proceder, que os universais são meramente palavras, isto é, sem dizer, como Ocam supunha, que na verdade são individuais (CP, 2.230).

A idéia do símbolo é, portanto, uma pura abstração. Em termos lingüísticos, diríamos que é uma categoria da langue, ou seja, do sistema lingüístico, e não da parole, da língua falada. No uso pragmático da língua falada ou escrita, em situações concretas, os símbolos logo adquirem ancoragem indicial. É essa ancoragem que liga o signo aos objetos e situações fatuais do mundo.

Os fundamentos icônicos dos símbolos

O uso de símbolos icônicos tem também um fundamento icônico. Peirce afirmou que:

[...] a única maneira de comunicar diretamente uma idéia é através de um ícone; e todo método de comunicação indireta de uma idéia deve depender, para ser estabelecido, do uso de um ícone. Daí segue que toda asserção deve conter um ícone ou conjunto de ícones, ou então deve conter signos cujos significados só sejam explicáveis por ícones (CP, 2.278).

No discurso verbal, a iconicidade consiste em metáforas, paráfrases explicativas e, sobretudo, na estrutura diagramática das proposições gramaticais, que Peirce também denominou ícones língüicos. Conforme sua idéia da evolução da língua humana, houve originalmente signos icônicos que foram, gradativamente, sendo substituídos por símbolos. Nesses símbolos, permanece, contudo, a base icônica:

Em todas as escrituras primitivas, como nos hieroglifos egípcios, há ícones de um tipo não-lógico, os ideógrafos. Nas primeiras formas de fala houve, provavelmente, grande quantidade de elementos de mimetismo. Contudo, em todas as línguas conhecidas, tais representações foram substituídas pelos signos auditivos convencionais. Estes, no entanto, são de tal natureza que só podem ser explicados através de ícones. Mas na sintaxe de toda língua existem ícones lógicos do tipo dos que são auxiliados por regras convencionais (CP, 2.280).

Além dessas considerações sobre a iconicidade na filogênese da língua, Peirce também examinou outro aspecto desse fator na evolução lingüística: a criatividade e a inovação no desenvolvimento da língua. Num trecho muito citado sobre o assunto, Peirce escreveu:

Os símbolos crescem. Retiram seu ser do desenvolvimento de outros signos, especialmente dos ícones ou de signos misturados que compartilham da natureza dos ícones e símbolos [...] Se alguém cria um novo símbolo, ele o faz por meio de pensamentos que envolvem conceitos. Assim, é apenas a partir de outros símbolos que um novo símbolo pode surgir. Omne symbolum de symbolo. Um símbolo, uma vez existindo, espalha-se entre as pessoas. No uso e na prática, seu significado cresce [...] O símbolo pode, como a esfinge de Emerson, dizer ao homem: De teu olhar, sou a olhadela (CP, 2.231).¹⁹

19. O contexto desta citação no poema *The sphinx* de Ralph Waldo Emerson é o seguinte:

À primeira vista, esta conclusão peirceana sobre o papel do ícone na evolução das significações produz uma impressão enigmática. A citação do verso do poeta Emerson, através da qual Peirce se referiu ao papel da iconicidade no desenvolvimento dialógico da semiose ilimitada, parece antecipar a idéia lacaniana da fase do espelho, como momento decisivo na evolução do indivíduo. Qualquer que seja o papel da iconicidade na forma de metáforas e do princípio da analogia durante a evolução das palavras, este é um fato que a lingüística histórica tem estudado desde o início e continua a ser de interesse central em nossa época, no âmbito da lingüística cognitiva (cf. cap. IV).

Terceira tricotomia

De acordo com a terceira tricotomia – que considera o signo do ponto de vista da relação entre representamen e interpretante – um signo pode ser rema, dicente – também chamado dicissigno – ou argumento.

Essa divisão triádica “corresponde à antiga divisão (da lógica) entre termo, proposição e argumento, modificada para ser aplicável aos signos em geral” (CP, 8.337).

I hear a poet answer, / [...] // “Dull Sphinx, Jove keep thy five wits; / Thy sight is growing blear; / Rue, myrrh and cummin for the Sphinx, / Her muddy eyes to clear!” / The old Sphinx bit her thick lip, – / Said, “Who taught thee me to name? / I am thy spirit, yoke-fellow; / Of thine eye I am eyebeam.” // “Thou art the unanswered question; / Couldst see thy proper eye, / Alway it asketh, asketh; / And each answer is a lie. / [...]” // Through a thousand voices / Spoke the universal dame; / “Who telleth one of my meanings / Is master of all I am.”

Rema

Um termo, na lógica, é "simplesmente um nome de classe ou um nome próprio". No sentido mais geral da semiótica, um rema é, portanto, "qualquer signo que não é verdadeiro nem falso, como quase cada uma palavra por si, exceto sim e não" (CP, 8.337).

Rema vem do grego *rhéma*, que significa simplesmente "palavra". As palavras enunciadas isoladamente são incapazes de serem certificadas. Como ainda não participa de afirmações, o rema é "um signo de possibilidade qualitativa, ou seja, é entendido como representando esta e aquela espécie de objeto possível" (CP, 2.250).

Dicente

A segunda categoria de signo – considerado do ponto de vista do interpretante e correspondente à categoria lógica da proposição – é o dicente (ou dicissigno). Na lógica, a proposição é a unidade mínima para exprimir idéias que podem ser ou verdadeiras ou falsas. Consiste de uma combinação de ao menos um argumento (sujeito) e um predicado, por exemplo, do tipo "A é B".

Seguindo esse modelo lógico, Peirce definiu o signo dicente como "um signo de existência real" (CP, 2.251) ou um "signo que veicula informação" (CP, 2.309). "A prova característica mais à mão que mostra se um signo é um dicissigno ou não é que o dicissigno é ou verdadeiro ou falso, mas não fornece as razões de ser desta ou daquela maneira" (CP, 2.310).

Argumento

Logo que o signo supera o quadro proposicional e passa a participar de um discurso racional mais estendido, chega à categoria da terceira tricotomia. Um argumento é, portanto, "o signo de uma lei" (CP, 2.252), "a saber, a lei segundo a qual a passagem

das premissas para as conclusões tende a ser a verdadeira" (CP, 2.263). O caso prototípico de um signo que participa num discurso argumental é o silogismo, a dedução formal de uma conclusão de, ao menos, duas premissas do tipo "A é B, B é C, logo A é C".

A dimensão pragmática do signo

Na sua introdução à semiótica peirceana, Teixeira Coelho Neto (1980: 61) descreve a tricotomia do rema, dicente e argumento como pertencendo à dimensão pragmática do signo.

Essa avaliação é provavelmente motivada pela idéia de que a tricotomia do interpretante deve ser aquela que estuda a relação entre o signo e o seu intérprete, mais do que outras dimensões. Porém, as definições peirceanas, nesta tricotomia, provam que suas categorias têm pouca relevância para a pragmática, que é o estudo do efeito do signo sobre os intérpretes em situações de comunicação. A tricotomia muito mais importante para a pragmática é a segunda tricotomia, que trata das relações entre signo e objeto e caracteriza o ícone, o índice e o símbolo. É aí que estudamos as relações entre o intérprete e o seu ambiente semiótico, principalmente na forma dos signos indexicais. A terceira tricotomia, pelo contrário, pertence às duas outras dimensões da semiótica, a semântica e a sintática. Pertence à semântica porque estuda o potencial dos signos para dizer a verdade ou não; pertence à dimensão sintática porque determina as condições combinatórias favoráveis para que os remas participem de proposições (dicentes) e no discurso racional (argumentos).

As dez classes principais de signos

Resumimos, aqui, os critérios que Peirce desenvolveu nas suas análises triádicas do signo. Aplicando as três categorias de primeiridade, secundidade e terceiridade na perspectiva do

representamen, do objeto e do interpretante, chegamos a nove categorias distribuídas pelas três tricotomias seguintes:

Tricotomias	I REPRESENTAMEN em si	II Relação ao OBJETO	III Relação ao INTERPRETANTE
Categorias			
PRIMEIRIDADE	QUALI-SIGNO	ÍCONE	REMA
SECUNDIDADE	SIN-SIGNO	ÍNDICE	DICENTE
TERCEIRIDADE	LEGI-SIGNO	SÍMBOLO	ARGUMENTO

Como cada signo tem que ser determinado pelos seus três constituintes (representamen, objeto e interpretante), e como há três modos categóricos nos quais cada um desses constituintes pode aparecer, chegamos a uma possibilidade combinatória de 27 classes de signos ($3 \times 3 \times 3 = 27$). Algumas dessas combinações teóricas, porém, são semioticamente impossíveis: um quali-signo, por exemplo, é sempre um signo icônico e remático, mas não pode ser nem índice, nem dicente; um sin-signo não pode ser um símbolo e um índice não pode ser um argumento.

Tais restrições reduzem o número de combinações válidas a dez classes principais. Na lista seguinte, enumeramos as classes principais de signos. Os parênteses indicam categorias descritivas que são redundantes por estarem pressupostas em outras categorias indicadas (CP, 2.254-263, 8.341).

- I 1. O quali-signo (remático e icônico) é uma qualidade que é um signo, tal como a sensação de "vermelho" ou de uma pintura monocromática.
- II 2. O sin-signo icônico (e remático) é um objeto particular e real que, pelas suas próprias qualidades, evoca a idéia de um outro objeto, tal como o diagrama dos circuitos eletrônicos numa máquina particular.
- II 3. O sin-signo indicial remático dirige a atenção a um objeto

determinado pela sua própria presença, tal como um grito espontâneo é um signo de dor.

- II 4. O sin-signo (indicial) dicente é também um signo afetado diretamente por seu objeto, mas além disso é capaz de dar informações sobre esse objeto, assim como um cata-vento.
- III 5. O legi-signo icônico (remático) é um ícone interpretado como lei, tal como um diagrama – à parte sua individualidade fática – num manual de engenharia eletrônica.
- III 6. O legi-signo indicial remático é uma lei geral "que requer que cada um de seus casos seja realmente afetado por seu objeto, de tal modo que simplesmente atraia a atenção para esse objeto" (CP, 2.259), como um pronome demonstrativo.
- III 7. O legi-signo indicial dicente é uma lei geral afetada por um objeto real, de tal modo que forneça informação definida a respeito desse objeto, tal como um pregão de um mascate, uma placa de trânsito ou uma ordem.
- III 8. O (legi-signo) símbolo remático é um signo convencional que ainda não tem o caráter de uma proposição, tal como um dicionário.
- III 9. O (legi-signo) símbolo dicente combina símbolos remáticos em uma proposição, sendo, portanto, qualquer proposição completa.
- III 10. O (legi-signo simbólico) argumento é o signo do discurso racional, tal como a forma prototípica de um silogismo.

IV

A SEMIÓTICA APLICADA
DE EXTRAÇÃO PEIRCEANA

A semiótica peirceana não é apenas uma semiótica teórica e filosófica, mas tem um amplo potencial de aplicação na área dos estudos da comunicação.

Neste capítulo, trabalharemos com alguns exemplos de aplicação dessa teoria na área dos estudos lingüísticos e literários. Nosso objetivo principal é aprofundar o conhecimento das categorias peirceanas através de exemplos analíticos sobre os processos da semiose verbal. Para tanto, os dois temas escolhidos são:

- 1) o papel da iconicidade na linguagem falada e escrita; e
- 2) a transformação dos signos no mundo imaginário da Alice, de Carroll, no *país das maravilhas*.²⁰

20. As fontes desses dois capítulos da semiótica aplicada são: Winfried Nöth, "The semiotic potential for iconicity in spoken and written language", in: *Kodikas/Code 13* (1990), p. 191-209, e Winfried Nöth, "Alice's adventures in semiosis", in: R. Fordyce & C. Marengo (eds.), *Semiotics and linguistics in Alice's worlds*, Berlin, de Gruyter, 1994, p. 11-25.

elementares. A idéia da "planta arbórea", por exemplo, se exprime em português por árvore, em inglês por *tree* e em alemão por *Baum*. Não há nada na forma desses vocábulos que esteja ligado à natureza da planta à qual eles se referem (cf. Saussure, 1986: 81).

O princípio saussureano da arbitrariedade lingüística tem sido observado como dogma pela lingüística estruturalista do nosso século. As exceções a esse princípio – como as palavras onomatopéicas – foram consideradas casos marginais no estudo das línguas.

A partir dos anos 80, com o advento da lingüística cognitiva, as descobertas sobre a relação entre estruturas da linguagem e o mundo das cognições não-verbais alargaram o conhecimento sobre várias formas de motivação não-arbitrária do signo lingüístico. No quadro desses estudos, o papel da iconicidade na língua vem sendo mais e mais sublinhado e as categorias peirceanas da iconicidade têm sido um modelo fundamental.

O ícone verbal e o seu objeto

Quais são os objetos aos quais um ícone verbal pode se referir? À primeira vista, a língua falada – com sua estrutura linear e acústica – parece pouco idônea para representar o mundo multidimensional e multimedial. De fato, a iconicidade da língua é relativamente baixa, se considerarmos apenas o seu potencial de representar o mundo por meio de imagens, no sentido peirceano do termo.

Na categoria de ícones que participam das qualidades simples dos objetos, temos, em substância, só as palavras onomatopéicas: murmúrios, sussurro, chiado ou *bum* são exemplos de palavras que participam das qualidades acústicas dos seus objetos.

Na língua escrita há, além disso, um certo potencial icônico para a representação de estruturas visuais. Ícones da categoria

FORMAS DE ICONICIDADE NA LINGUAGEM

Soni rerum indices, "os sons são os índices das coisas", foi a fórmula com a qual o gramático John Wallis, em sua *Grammatica Linguae Anglicae*, de 1653, resumiu sua tese de uma iconicidade básica na linguagem. A ordem das palavras, para ele, reflete a ordem do mundo. Na idade do iluminismo encontramos uma idéia afim e, aí, ao menos o ideal das linguagens literárias e científicas foi considerado como sistema icônico da realidade (p. 54-55).

Hoje, ambas as teorias pertencem ao passado da semiótica. Sabemos que as línguas não são nem modelos icônicos fiéis do mundo, nem sistemas sem correspondências com aquilo a que se referem.

Arbitrariedade versus iconicidade

"O signo lingüístico é arbitrário" foi uma das teses centrais do fundador da lingüística moderna, Ferdinand de Saussure (1857-1913). A comprovação saussureana dessa tese apoiou-se no fato de existirem diferentes línguas no mundo para expressão de idéias

imagem, derivados da escritura alfabética, são, por exemplo, as expressões decote em U, decote em V, ou curva em S. Porém, um maior potencial para criar imagens existe no território das artes gráficas. Aí temos múltiplas possibilidades de utilizar letras e palavras de calibres, cores e disposições diferentes, de forma a criar constelações de correspondências com os objetos do mundo. A poesia concreta tem explorado, de forma mais sistemática, esse potencial da língua.

Os exemplos de iconicidade verbal mencionados até agora constituem casos em que o representamen lingüístico possui, a princípio, um correlato no mundo não-lingüístico, seja acústico, seja visual. Esse modo de referência da língua ao mundo é caracterizado, na lingüística, como referência exofórica. Do ponto de vista da semiótica geral, trata-se de uma relação alo-referencial (p. 69). Porém, uma fonte maior de iconicidade lingüística está nas estruturas que não se referem ao mundo externo, mas ao mundo do próprio discurso. As referências aos segmentos precedentes ou conseqüentes no próprio discurso são denominadas referências endofóricas ou auto-referenciais.

Iconicidade do tipo endofórico é, desse modo, referência icônica a outros lugares de um mesmo texto. Tal referência é a base do princípio da recorrência da linguagem. Repetições, paralelismos, rimas, aliteraões e outras formas de reiteração de unidades equivalentes num mesmo texto são formas de iconicidade endofórica. A base semiótica da poeticidade, que Jakobson localiza no princípio de recorrência, é, portanto, uma relação de iconicidade endofórica.

Digressão: iconicidade versus autonomia literária

A interpretação do princípio da recorrência como forma de iconicidade permite, em parte, reconciliar duas teorias da literatura que tradicionalmente foram consideradas opostas: os princípios da iconicidade e da autonomia literária.

A teoria clássica da iconicidade literária postulava uma relação de iconicidade exofórica entre os signos do texto literário e o mundo representado nele. Platão usava o símile do espelho; Horácio, o símile da pintura (*ut pictura poesis*, "a poesia devia ser como uma pintura") para ilustrar suas teses de iconicidade literária.²¹ A semiótica do iluminismo (Lessing) seguiu esse mesmo modelo na sua estética literária (p. 50).

Um dos mais recentes proponentes de uma teoria icônica da literatura foi Jurij Lotman.²² Na sua interpretação, literatura é um "sistema secundário de modelização" que efetua a transformação de estruturas do signo em estruturas do conteúdo. As estruturas sonoras da arte verbal são, portanto, interpretadas como um ícone diagramático de conotações (conteúdos secundários) que o texto revela para além dos conteúdos do seu nível primário de significação.

Em contraponto à teoria da mimese literária, desenvolveu-se a teoria da autonomia semiótica da arte verbal, cujos representantes mais eminentes foram Jakobson e Mukarovsky. Em vez de semantização, essa teoria considera a auto-referencialidade como o princípio constituinte da literariedade. Na interpretação da poética tradicional, a arte verbal – tal como a vêem os autonomistas – não é um espelho que reflete o mundo, mas uma lâmpada que produz luz por si mesma.²³ Roland Barthes, outro proponente ilustre da tese autonomista, utilizou símile mais moderno: para ele, a literatura é um sistema semiótico no qual "a matéria-prima do autor tem finalidade em si mesma", de maneira que "a literatura é, no fundo, uma atividade tautológica, à maneira daquelas máquinas cibernéticas construídas por si mesmas".²⁴

22. Platão, *República* X, 596; Horácio, *Ars Poética*, 361.

23. Jurij Lotman, *The structure of the artistic text*, Ann Arbor, Michigan Slavic Contributions, 1977, p. 21, 55, 119.

24. Cf. M. H. Abrams, *The mirror and the lamp*, Oxford, Univ. Press, 1953.

25. Roland Barthes, *Critical essays*, Evanston, North Western Univ. Press, 1972, p. 144.

Auto-referência – pelo princípio estético de recorrência verbal – é, como vimos, uma forma de iconicidade endofórica. Apesar das diferenças entre os autonomistas e os iconicistas na teoria da literatura, vemos que as duas teorias têm em comum o princípio da iconicidade, na forma exofórica (para os iconicistas) e na forma endofórica (para os autonomistas).

Formas da iconicidade diagramática na linguagem

Anteriormente havíamos concluído que o potencial da linguagem para representar por meio de imagens – no sentido peirceano – é mais ou menos restrito. As áreas mais importantes da iconicidade lingüística são as representações diagramáticas e metafóricas. Como o estudo das metáforas tem se desenvolvido no centro dos estudos literários e lingüísticos da atualidade, podemos restringir o tema das estruturas diagramáticas a três subáreas, a saber: os símbolos em estruturas diagramáticas, diagramas sintagmáticos e diagramas paradigmáticos.

Símbolos em estruturas diagramáticas

Diagramas verbais são ícones fundamentados em elementos simbólicos. A natureza de tais estruturas foi explicada por Peirce com o exemplo da seguinte fórmula algébrica:

$$a_1x + b_1y = n_1,$$

$$a_2x + b_2y = n_2.$$

Peirce dizia que esta fórmula é um ícone diagramático porque "faz parecerem semelhantes quantidades que mantêm relações análogas para com o problema. Em verdade, toda equação algébrica é um ícone, na medida em que mostra, por meio de signos

algébricos (que em si mesmo não são ícones), as relações das quantidades em causa" (CP, 2.282).

Tais ícones também existem em contextos não matemáticos na língua escrita. A estrutura tipográfica de qualquer livro com sua subdivisão em capítulos e parágrafos e até em frases e outros segmentos indicados pela pontuação e pelo espaçamento constitui um diagrama das relações estruturais do texto.

Enquanto a língua escrita pode utilizar-se do espaço bidimensional do papel para representar relações diagramáticas, o potencial diagramático do discurso falado fica restrito a relações lineares. A linearidade da linguagem é, porém, apenas uma de suas dimensões estruturais; a outra é a estrutura paradigmática, que se refere às relações dentro do sistema da linguagem. Consideremos, pois, algumas formas de diagramaticidade nessas duas dimensões do sistema lingüístico.

Diagramas sintagmáticos

As estruturas diagramáticas que se desenvolvem na linearidade da língua referem-se principalmente às relações temporais, espaciais e conceituais. O protótipo de um diagrama temporal é a narrativa clássica: se a ordem das proposições textuais corresponde à "ordem natural" dos eventos representados pelo texto, o resultado é um ícone diagramático. Um exemplo de diagrama espacial é a descrição de um caminho. A ordem de enunciação dos locais, no discurso, corresponde à ordem em que esses mesmos lugares estão relacionados ao ponto de partida. Já os diagramas conceituais refletem ordens de causalidade, de seqüencialidade ou de hierarquia no mundo conceitual. Há ordem diagramática no discurso quando a representação da causa precede a do efeito ou quando a idéia importante é mencionada antes da idéia menos importante.

As representações diagramáticas de estruturas temporais, espaciais e conceituais são formas de iconicidade exofóricas. Para

completar esse breve panorama da iconicidade de diagramas sintagmáticos, incluímos ainda dois exemplos de diagramas endofóricos:

Beauty is truth, truth beauty. (Keats, "Ode to a Grecian Urn")

Love's fire heats water, water cools not love (Shakespeare, Soneto 154).

Na estrutura do quiasma poético ABBA, de Keats, é a relação AB que é representada diagramaticamente na forma inversa de BA, ícone relacional do AB precedente. A estrutura da linha de Shakespeare contém um quiasma mais desenvolvido, também chamado antimetábole. Consiste na inversão da relação ABC na ordem inversa CB'A, com mais uma relação de oposição entre os antônimos paralelizados – *heats* (B) e *cools* (B').

Diagramas paradigmáticos

A função dos diagramas paradigmáticos pode ser ou endo ou exofórica. É endofórica quando a estrutura paradigmática se refere a todas as outras formas da mesma língua que pertencem ao mesmo paradigma. O efeito semiótico dessa forma de iconicidade endofórica se nota, por exemplo, no caso das transformações históricas da língua por analogias. Por exemplo, na palavra inglesa *could*, a presença ortográfica da consoante nunca pronunciada – l – apenas se explica pela analogia gramática e semântica com tais como *should*, *would* etc. que contêm um – l – antigamente pronunciado.

A função dos diagramas é exofórica quando reflete estruturas cognitivas. O paradigma das palavras terminadas com o –s do plural, por oposição ao paradigma das formas singulares, é um diagrama icônico da categoria cognitiva da pluralidade. Os

paradigmas morfológicos do tipo alto, mais alto e altíssimo são um diagrama exofórico. Como Jakobson observou, a relação do aumento quantitativo do número das sílabas no paradigma linguístico corresponde a um aumento quantitativo no âmbito cognitivo.

sígnica é freqüentemente desorientador, incompreensível e até mesmo enganador.

Signos na semiose cotidiana

A garrafa "beba-me" (AM, IV) é um signo orientador no País das Maravilhas. Alice verifica o rótulo da garrafa para certificar-se de que ela não caracteriza o conteúdo como "veneno" ou outro qualquer, uma vez que conhece o código estabelecido pelos farmacêuticos e usuários de drogas químicas.

Notamos aí a presença de dois signos: o rótulo "veneno" e a sua ausência, que é um signo zero. Alice não se engana ao aplicar as regras desse código e interpreta o signo zero como referência a um líquido bebível. Experimenta-o, acha-o "muito bom" e não se envenena. Tais signos de orientação são interpretados com sucesso com base em um código válido, e o resultado dessa semiose está de acordo com as expectativas do intérprete.

A natureza do signo, em tais processos de semiose bem-sucedida, pode ser especificada em termos da semiótica peirceana. Conforme já dito, Peirce baseou sua semiose na tríade por ele denominada "conexão tripla do signo, coisa significada e cognição produzida na mente" (CP, 1.372).

Somente na semiose que serve para a orientação normal, Alice encontra signos que se constituem em tríades completamente desenvolvidas. Considere-se o signo zero da garrafa "beba-me": o rótulo ausente é o representamen; o objeto do signo é a qualidade química do líquido que Alice eventualmente bebe e seu interpretante, ou seja, a cognição produzida na mente de Alice é o conhecimento que ela detém sobre líquidos ingeríveis. Tal interpretante é, por si mesmo, um signo mental mais desenvolvido, uma vez que, entre outras coisas, a idéia de "não-venenoso" pertence à rede semântica que contém a oposição entre líquidos bebíveis e não-bebíveis.

AS AVENTURAS DE ALICE NO PAÍS DA SEMIOSE

Após a nossa investigação em torno da semiose na língua, o tema central da discussão seguinte será o valor heurístico das categorias peirceanas para o estudo de signos transformados no mundo fictício da literatura, signos esses que, aparentemente, podem parecer anomalias, mas que, no entanto, pelo princípio do desvio, evidenciam as estruturas dos signos normais na semiose cotidiana.

Signos na semiose normal e no país das maravilhas

Tanto *Aventuras de Alice no país das maravilhas* (AM) quanto *Através do espelho e o que Alice encontrou lá* (AE) nos mostram regiões nas quais as leis do espaço, do tempo, da linguagem e da lógica ficam parcialmente abolidas. As curiosidades que lá acontecem envolvendo Alice fazem-na procurar constantemente por signos capazes de auxiliá-la a encontrar seu caminho no País das Maravilhas. Algumas vezes, Alice é, de fato, bem-sucedida nesse empreendimento, orientando-se através de tais signos; em outras, no País das Maravilhas, o processo de interpretação

Signos na semiose do país das maravilhas

No País das Maravilhas, Alice não encontra apenas signos de orientação. A presença constante de signos de desorientação e as conseqüentes surpresas diante de acontecimentos estranhos são atribuídas aos desvios da semiose normal na vida cotidiana.

Gostaria de discutir esses eventos semióticos sob o nome de "semiose incompleta e transformada". Na semiose incompleta, o intérprete desorienta-se porque um dos correlatos do signo não pode ser identificado. As transformações dos signos no País das Maravilhas são ou enganosas ou criativas: na semiose enganosa, o signo cria expectativas semióticas que não se realizam; na semiose criativa, os signos são usados quer na exploração de potencialidades inesperadas de um código já existente, quer com base em um novo código.

Tais anomalias na semiose do País das Maravilhas dirigem a atenção do leitor para eventos da vida cotidiana. Ao transformar os constituintes da tríade semiótica e outros elementos do processo da semiose, Carroll conseguiu dirigir a atenção do leitor para a estrutura do signo em geral. Gostaria, pois, de investigar esses processos metassemióticos, focalizando, um a um, os três correlatos do signo.

O representamen

No País das Maravilhas, tomamos consciência do papel do representamen na semiose quando ele está ausente ou é transformado criativamente.

O representamen ausente

A ilustração mais evidente que Carroll nos ofereceu do questionamento do representamen por sua ausência está no "bosque

onde as coisas não têm nomes" (AE, III). Aí, Alice é incapaz de designar lingüisticamente o bosque, o cervo e a si mesma. Mas embora os representamens estejam ausentes, Alice não chega a ficar totalmente desorientada. Ela sabe que está debaixo das árvores ("debaixo disso aqui, ora!", disse, colocando a mão no tronco da árvore.") e é capaz de encontrar seu caminho através do bosque. Ela não perdeu, pois, a familiaridade com o objeto do signo, de cujo nome ela não se lembra. Esse objeto chega a produzir uma cognição subseqüente na sua mente que é seu interpretante, "um signo equivalente ou talvez um signo mais desenvolvido", como Peirce o define (p. 71). Esse novo signo mental mais desenvolvido, que se reporta ao seu objeto, é a memória de que o bosque consiste de árvores e de que nesse lugar o esquecimento dos nomes "então terminou acontecendo" (AE, III).

As aventuras de Alice no bosque onde as coisas não têm nome não prova que a semiose seja possível com signos sem representamen. De fato, a ilustração que Carroll nos forneceu dessa situação não chega a ser radical ou suficiente como demonstração de um caso extremo de semiose incompleta. O diálogo de Alice com o cervo e sua caminhada através do bosque mostram que a heroína ainda dispõe de muitos representamens para substituir os nomes esquecidos. Essas substituições constituem processos de semiose que ilustram muito bem o princípio peirceano da semiose como "uma série de sucessivos interpretantes *ad infinitum*" (Peirce, CP, 2.303, 2.92).

O representamen transformado

Considerado em si mesmo, o representamen que ora discutimos é um quali-signo, um sin-signo ou um legi-signo. As transformações criativas do representamen aparecem em todas essas três conformações.

O quali-signo transformado

A transformação não-usual de um quali-signo é tentada pelos jardineiros da Rainha de Copas (AM, VIII). Depois de plantar roseiras brancas em vez de vermelhas, os jardineiros esperam reparar o que consideram um erro pintando as rosas brancas de vermelho. Ora, a qualidade natural da brancura é um quali-signo pelo qual a Rainha poderia detectar o erro; pintá-las seria uma tentativa enganosa de manipular um quali-signo.

Uma transformação natural da qualidade visual dos signos aparece no primeiro encontro de Alice com o poema "Jaguadarte" na escrita especular (AE, I). Pela simples inversão ótica das letras impressas, o poema torna-se, à primeira vista, enigmático; e aí a possibilidade de compreensão se dá apenas ao nível do quali-signo. Com a reversão da imagem refletida num espelho, o quali-signo é transformado em legi-signo, ou seja, em letras e palavras que formam o poema.

Legi-signos transformados em sin-signos e quali-signos

Os signos da linguagem na semiose cotidiana funcionam largamente por convenção. Na medida em que uma palavra está regularmente associada a um dado significado, ela passa a funcionar como um legi-signo. Em Alice no país das maravilhas encontramos, entretanto, estranhas transformações de legi-signos lingüísticos em sin-signos, no caso da distinção feita pelo Rei de Copas entre os antônimos importante e desimportante (AM, XII):

*"Isso é extremamente importante" disse o Rei, voltando-se para o júri [...], quando o Coelho Branco interrompeu: "Desimportante, é o que Vossa Majestade quer dizer, é claro."
[...]*

"Desimportante, é claro, foi o que quis dizer" apressou-se o Rei a corrigir-se. E prosseguiu falando para si mesmo, a meia voz: "Importante – desimportante – desimportante – importante..." como se procurasse ver qual das palavras soava melhor.

No princípio, o Rei está incerto quanto a usar o legi-signo importante ou desimportante. Mais tarde, perde completamente a pista da regra lingüística que distingue as duas palavras como antônimas. Finalmente, ele se preocupa apenas com a mera impressão sonora dessas palavras. Os legi-signos lingüísticos degeneram-se, portanto, em meros quali-signos fonéticos.

O objeto

Conforme já foi visto (p. 67), o objeto do signo, na semiótica de Peirce, é aquilo com que o signo "pressupõe uma familiaridade a fim de veicular alguma informação ulterior sobre ele" (Peirce, CP, 2.231). Quando ele está "fora do signo", sendo a realidade "que o signo só pode indicar", ele é chamado objeto real ou dinâmico. Quando ele é uma cognição produzida na mente do intérprete como representação mental de tal objeto, ele é chamado de objeto imediato.

Carroll ilustra o papel do objeto na semiose de dois modos: ou sugerindo sua ausência ou transformando as relações que normalmente existem entre o representamen e seu objeto na semiose cotidiana.

O objeto ausente

No País das Maravilhas, a desorientação semiótica em razão do correlato do objeto é particularmente freqüente com os

signos indexicais. O rótulo Marmelada Laranja, por exemplo, num pote vazio no buraco do coelho (AM, I) é um representamen cujo objeto imediato é uma cognição que dirige Alice a esperar marmelada como objeto real dentro da jarra. Porém, uma vez que o pote está vazio, o objeto real está ausente.

A semiose sem um objeto dinâmico ou real não é uma anomalia em si mesma. Peirce sabia que o "objeto fora do signo" poderia estar ausente, poderia até mesmo não existir ou ser "totalmente fictício". Alice, porém, na sua mentalidade semiótica infantil, defende o realismo e insiste na existência da realidade manifestada em objetos dinâmicos. Ela fica, por isso, "grandemente desapontada" ao descobrir que não havia marmelada como objeto real do signo indicial (o rótulo) no pote. Em outro lugar, Alice até mesmo exprime o seu realismo explicitamente: quando Tweedledum sugere que Alice poderia ser tão-somente um objeto-sonho fictício, ela protesta gritando: "Eu sou real sim!" (AE, IV).

Além desse tópico de realismo semiótico, há uma outra forma típica de questionar o objeto na semiose do País das Maravilhas: a ausência do objeto dinâmico na semiose indicial. O signo-marmelada foi o primeiro exemplo; o outro é o signo "RAINHA ALICE", em letras maiúsculas na porta (AE, IX), o que a desapontara porque, de fato, a entrada havia sido recusada pela Rã-Serva. Surge a dúvida: será que não é realmente seu o palácio que o signo na porta indicara? Assim também os indicadores "PARA A CASA DE TWEEDLEDUM" e "À CASA DE TWEEDLEDEE" (AE, III) são questionáveis quanto à sua confiabilidade em relação ao objeto dinâmico para o qual apontam, encontrando os dois Tweedles meramente "de pé sob uma árvore" (AE, IV).

A questão que se levanta a partir dessas e outras situações de semiose indicial desorientadora é se o objeto dinâmico – a casa – está simplesmente ausente na situação significada ou se ele está, antes de tudo, em absoluta falta. Na possibilidade dessa última ocorrência, o índice adquire feições de um signo enganador, um signo que não aponta para nenhum objeto, sendo, portanto, causa

de desorientação, como no poema Prova (AM, XII) e no poema Quatro Estações de Humpty Dumpty (AE, VI). Aí, os índices desorientadores são as palavras dêiticas, cujos objetos de referência situacional (exofórico) e contextual (endofórico) estão vazios. No início de Prova (AM, XII: "Disseram-me que foste perto dela, / Dando a ele o meu nome, sem pensar.") todos os pronomes pessoais estão exoforicamente vazios. Não sabemos para quem essa carta se dirige e quais seriam as outras pessoas referidas. Enquanto o Rei deseja tirar proveito do vazio exofórico que se forma, declarando arbitrariamente o acusado (Valete) como objeto dinâmico do pronome você, Alice revela ser inadmissível tal interpretação ao exclamar: "Se algum deles é capaz de explicar os versos [...] eu lhe darei seis pence. Quanto a mim, acho que não há neles a menor partícula de sentido".

No poema "Quatro Estações", de Humpty Dumpty, o vazio referencial é extensivo à referência endofórica. Nas linhas (AE, VI),

*Eu mandei um recado aos peixes:
Disse-lhes: – Este é o meu desejo.*

*E eis que os peixinhos lá do mar,
Me responderam sem tardar.*

*A resposta dos peixes foi
– Impossível, meu caro, pois...*

o conteúdo da mensagem e a resposta permanecem ocultos, embora sejam referidos endoforicamente pelos pronomes indexicais "eu" e "este". Mesmo a conjunção "pois" funciona como índice lingüístico vazio. A razão pela qual ela promete indicar não é expressa.

Símbolos e índices de desorientação e ícones transformados

Considerando a relação entre representamen e objeto na tricotomia ícone-índice-símbolo, aparecem várias novas formas de desorientação ou surpresa no País das Maravilhas.

Símbolos desorientadores

Num país estrangeiro, tal como o País das Maravilhas, em primeiro lugar é o código dos símbolos que permanece enigmático ao visitante. Humpty Dumpty, ao explicar o poema “Jaguadarte”, chega a sugerir que existem linguagens incompletas, sistemas de símbolos arbitrários que o visitante tem, necessariamente, de aprender. Também não há símbolos não-lingüísticos que Alice tenha aprendido a decodificar.

O código dos uniformes e brasões militares – nos quais os dois Tweedles estão armados – é um desses códigos simbólicos: Tweedledum está usando aquilo que “ele chamava de elmo, embora parecesse muito mais com uma caçarola” (AE, IV). A função do elmo-caçarola no código militar de Tweedle não é naturalmente aparente. Assim, Alice tem de aprender que aquela peça do vestuário é um elemento desse código. A arbitrariedade de se conferir uma função marcial a esse objeto, de outro modo pacífico, é que dá ao signo o caráter simbólico.

Entretanto, a experiência semiótica no País das Maravilhas nem sempre pode depender do ensino. Alice consegue mesmo decodificar símbolos utilizando ícones ou índices contextuais, típicos signos naturais que não precisam ser ensinados.

A orientação icônica na desorientação simbólica

Que os ícones são importantes para a orientação de uma criança no mundo simbólico é uma das primeiras idéias expressas

por Alice (AM, I): “De que serve um livro”, ela se pergunta, “sem figuras nem diálogos?”

Mais tarde, quando Alice quer saber o significado de uma “corrida de comitê”, descobrimos que os ícones podem até mesmo servir como meio para o ensino de códigos simbólicos convencionais: O método para explicar o significado de “corrida de comitê” proposto pelo Dodó é executar essa corrida, portanto, produzir um ícone do signo simbólico “corrida de comitê”. O Dodó diz: “A melhor maneira de explicar isso é fazê-lo” (AM, III).

A orientação indicial na desorientação simbólica

A importância especial dos signos indexicais em situações nas quais a comunicação simbólica se rompe é particularmente evidente no bosque onde as coisas não têm nomes (p. 107). No bosque, onde representamens simbólicos não estão disponíveis, os signos indexicais continuam a fornecer, pelo menos, uma orientação mínima para Alice. Ela designa a árvore por meio da palavra indicial “isso” e por meio do gesto indicial que aponta para o seu tronco. Tal substituição gestual dos símbolos arbitrários por meios indiciais, mais diretos e naturais, bem ilustra uma regressão a estágios anteriores da evolução humana onde os modos de semiose ainda eram precários.

Índices enganadores na desorientação simbólica

O melhor exemplo de índices desorientadores está no poema “Jaguadarte” (AE, I): “Era briluz. As lesmolisas touvas / Roldavam e relviam nos gramilvos”. Uma vez que Alice não pode decodificar os símbolos desse poema, a saber, raízes lexicais como bril-, lesmolis- e touv-, ela considera o poema “um pouquinho difícil de entender”. No entanto, reconhece alguns morfemas gramaticais e derivacionais que funcionam como índices lingüísticos, tal como

era, as, -as, -avam, -iam ou nos. Por isso, o poema, "de algum modo, parece encher a sua cabeça de idéias".²⁵ Porém, os índices que deveriam indicar relações estruturais entre os símbolos lingüísticos são, na verdade, signos enganadores, uma vez que nenhuma relação pode ser indicada com precisão se os conectivos essenciais para tanto estão ausentes.

Índices de desorientação

Na nossa investigação do objeto ausente já vimos que os índices no País das Maravilhas sempre estão contribuindo para desorientar Alice. Mas índices também ocorrem na linguagem das demais criaturas no País das Maravilhas. É o que veremos a seguir.

Desorientação proporcionada por um índice

Os índices na linguagem aparecem tanto nos modos de referência exofóricos ou situacionais quanto nos modos endofóricos ou textuais.

Na referência endofórica, o índice lingüístico aponta para trás e para frente do discurso, sendo, respectivamente, uma anáfora ou uma catáfora. Ambas as direções da indicialidade endofórica são confundidas pelo Pato quando ele interrompe o Rato na sua história árida sobre a conquista normanda (AM, III):

"[...] e até Stigand, o patriótico arcebispo de Cantuária, achando isso conveniente ..."

25. Na edição portuguesa de AE, p. 148, linha 4, falta a tradução da passagem seguinte: "Somehow it seems to fill my head with ideas – only I don't exactly know what they are! However, somebody killed something: that's clear, at any rate –".

"Achando o quê?" perguntou o Pato.

*"Achando isso," replicou o Rato, já meio aborrecido.
"Naturalmente você sabe o que 'isso' quer dizer."*

"Sei muito bem o que 'isso' quer dizer quando sou eu que acho alguma coisa" explicou o Pato. "Em geral, uma rã ou um verme. Mas a questão é: o que foi que o arcebispo achou?"

O Rato não tomou conhecimento da pergunta e prosseguiu às pressas: "achando isso conveniente, foi com Edgar Atheling ao encontro de Guilherme e ofereceu-lhe a coroa".

O Rato usa o pronome *isso* numa construção chamada extraposição. O *isso* extraposto antecipa cataforicamente o objeto frasal adiado ("foi com Edgar A."). Assim, o pronome torna-se um índice sintático que só pode ser interpretado em referência ao objeto frasal subsequente, que ele antecipa. O Pato, no entanto, interrompe imediatamente sua fala após o *isso* extraposto, porque essa palavra é interpretada ou como um pronome anafórico ou como pronome exofórico, índices que deveriam ser precedidos ou acompanhados situacionalmente por seus referentes, nesse caso ausentes.

Toda essa confusão encontra paralelo no equívoco do uso do verbo "achar". Nas construções extrapostas que o rato tem em mente, o uso do verbo "achar" é, com certeza, um encontro figurativo de idéias. A compreensão do pato, no entanto, se restringe à interpretação literal de "encontrar" um objeto físico. Nesse sentido, o verbo *achar* não ocorre em construções extrapostas, na língua portuguesa.

Desorientação pelo uso abusivo de índices como símbolos

Em contraste com um símbolo tal como a palavra “dia” – que o interpretante pode relacionar com o seu objeto sem conhecer quando e onde tal representamen foi produzido –, um índice temporal, tal como a palavra “hoje”, só pode ser relacionado ao seu objeto num certo dia, num certo mês e ano, quando o intérprete sabe o momento da enunciação.

Os índices são, assim, representemens com coordenadas espaço-temporais fixas. Enquanto um índice muda, enquanto seu objeto referencial e as coordenadas do seu representamen se alteram, o símbolo basicamente continua a se referir ao mesmo objeto, não importando se o tempo e o espaço da produção do signo variam. A característica da indicialidade é seriamente negligenciada pela Rainha Branca quando ela oferece a Alice os seguintes pagamentos para um emprego como camareira (AE, V):

“Dois pence por semana e doce todos os outros dias [...] A regra é: doce amanhã e doce ontem – e nunca doce hoje.”

“Algumas vezes tem de ser ‘doce hoje’ ” objetou Alice.

“Não, não pode” disse a Rainha. “Tem de ser sempre doce todos os outros dias: ora, o dia de hoje não é outro dia qualquer, como você sabe.”

“Não estou entendendo nada” disse Alice. “É horrivelmente confuso.”

Por definição, uma regra é essencialmente um legi-signo simbólico. Ela é válida independentemente do tempo e do lugar de sua enunciação. “Doce todos os outros dias” seria uma regra

aceitável mesmo que seu objeto de referência fosse vazio, visto que o tempo dos eventos referidos pode ser ou o conjunto dos dias pares ou dos dias ímpares do mês. A Rainha, no entanto, abusa dessa regra ao interpretar seus símbolos temporais como índices cujos objetos referenciais mudam com o tempo da enunciação. Sua interpretação (“doce amanhã e doce ontem”), sendo dependente do seu tempo de enunciação específico, não é, de fato, uma paráfrase válida da regra, mas apenas uma aplicação dela ao momento de sua enunciação. Porém, a Rainha quer elevar essa sentença, duplamente indicial, à categoria de legi-signo simbólico. Ela quer que sua pseudo-regra indicial – “doce amanhã e doce ontem” – seja considerada válida em qualquer momento dessa enunciação, como uma regra verdadeiramente simbólica. Com a mudança diária do tempo de enunciação, haveria também uma mudança diária do seu objeto – o tempo do evento – o que resultaria num adiamento indefinido do dia de pagamento de Alice.

Iconicidade transformada

No País das Maravilhas, signos icônicos são, às vezes, auxiliares semióticos em meio à desorientação, mas outras vezes funcionam também como surpresa, revelando um potencial até então desconhecido de criatividade. Essa criatividade é explorada com ícones da categoria imagem e da categoria dos diagramas.

O potencial criativo por meio de imagens aparece com muita evidência nas experiências de Carroll com o efeito especular e com o potencial icônico da tipografia.

À primeira vista, o mundo por detrás dos espelhos parece um ícone otimizado do mundo original refletido. Mas Alice sabe que é um mundo inverso: “A sala que a gente vê do outro lado do espelho – é igualzinha à nossa sala de visitas, só que está tudo ao contrário” (AE, I). A inversão pelo espelho continuará a ser tematizada em todo o livro, chegando ao apogeu com o poema “Jaguardarte”, todo escrito em forma invertida.

O potencial icônico da tipografia é sobretudo explorado em dois lugares dos livros de Alice: no poema figurativo em forma de rabo de rato (AM, III) e no uso de uma letra pequena para representar a “vozinha muito baixa” do inseto (AE, III), pormenor infelizmente perdido na tradução portuguesa (p. 162). Nesse último caso, temos exemplo de duplo ícone: de um lado, a forma curvilínea da disposição do texto e, de outro, o representamen “tail” (“rabo”), imagem fonética do homófono “tale” (“história”), proporciona um jogo entre forma e conteúdo no conjunto total.

Um outro grupo de ícones transformados são os diagramas. O princípio predileto de transformação que Carroll aplica é a inversão da ordem seqüencial. Acontece tal situação quando Alice se encontra com Humpty Dumpty (AE, VI) e soluciona o problema algébrico da subtração de 1 em 365, utilizando um ícone diagramático para chegar mais facilmente à solução (364). Porém Humpty Dumpty tem dificuldades em entender o diagrama, uma vez que ele o lê invertido, alterando a operação matemática da subtração para a da adição (AE, VI).

Outro exemplo memorável de inversão diagramática ocorre no tribunal do Rei de Copas (AM, XII). O Rei estabelece que a regra mais antiga de seu caderno de anotações era o “Artigo Quarenta e Dois: Todas as pessoas com mais de um quilômetro e meio de altura devem abandonar o recinto do tribunal.” Alice, porém, revela que o número dessa regra indicava um caso de diagramaticidade desnaturada. Se fosse a regra mais velha no caderno, ela observa, “nesse caso, devia ser o Número Um”. Logo depois, a Rainha segue o Rei numa outra tentativa de inverter a iconicidade diagramática na ordem das coisas, quando exige, “Primeiro a sentença, o veredito depois”.

O interpretante

Anomalias relativas ao interpretante aparecem no caso de ausência ou da determinação arbitrária do signo “criado na mente do intérprete” (Peirce, CP, 8.179).

O interpretante ausente

No País das Maravilhas o interpretante se torna problemático todas as vezes em que Alice encontra signos cujos significados não pode saber sem a ajuda de outras pessoas. Ouvindo o poema “Jaguadarte” (AE VI), Alice pergunta ao Humpty Dumpty:

“E o que quer dizer ‘grilvos’?”

“Penso que deve ser uma mistura de gritos com silvos bem agudos, com algo parecido com o chilro dos grilos. Aliás, você ouvirá esse som em breve, talvez lá na floresta. E ao ouvi-lo, ficará muito satisfeita, creio.”

“Grilvos” é um representamen que não tem interpretante no código da língua de Alice. Humpty assegura que há um interpretante para ela e o define por meio de uma paráfrase. A sua definição tem todas as características peirceanas de um interpretante (p. 71): é um signo “mais desenvolvido”, o qual Humpty diz que equivale ao significado de “grilvos”. Mas para Alice, não só o interpretante, mas também o som ao qual Humpty se refere como objeto do signo, são problemas semióticos. Alice nunca ouviu tal som e nunca o ouvirá durante as suas aventuras. Portanto, neste processo de explicação semiótica, o critério peirceano que diz que a “cognição do interpretante supõe conhecimento do objeto enquanto lhe confere um conhecimento ulterior sobre este objeto” (Peirce, CP, 2.231) não pode ser cumprido.

O desconhecimento dos interpretantes é também a causa pela qual o Aguioto não compreenderá o Dodó (AM, III), mas, dessa vez, as palavras do Dodó pertencem certamente ao código da língua inglesa. Só o conhecimento deste código seria suficiente para o Aguioto entender o sentido das palavras eruditas do Dodó, que são: “Proponho que o conclave seja suspenso, para a imediata adoção de medidas mais operacionais[...]”.

Interpretante privado

Humpty Dumpty é quem propõe uma língua privada, um sistema em que os interpretantes dos signos são determinados por ele próprio, porque o seu mote é "Quando uso uma palavra [...] ela significa exatamente aquilo que eu quero que signifique [...] nem mais nem menos" (AE, VI). A impossibilidade da comunicação sob essa base é bem conhecida.

Uma outra idéia idiossincrática que Humpty tem sobre o significado das palavras é que os nomes próprios "devem significar alguma coisa" (AE, VI). O interpretante que ele declara pertencer ao seu próprio nome parece, à primeira vista, mais um exemplo da sua semântica privada: "O meu nome significa a forma que tenho". Nomes – como Alice adivinhou ao perguntar "deve um nome significar alguma coisa?" – são signos indexicais com a função de identificar uma pessoa e distingui-la de outra. Nomes também são símbolos, signos que têm algum sentido por outra convenção, além da identificadora. Porém, no seu caso particular, Humpty tem razão em descobrir mais do que isso no seu nome que é, de fato, um nome onomatopéico. O nome Humpty Dumpty contém duas vezes o fragmento morfemático "-ump-" que também ocorre nas palavras inglesas "hump" ("corcova") e "lump" ("montão"), indicando algo compacto e pesado. Este conteúdo é bem idôneo para servir como interpretante de Humpty Dumpty, cuja forma é "exatamente como a de um ovo", conforme Alice observa.

O interpretante final ausente

Uma obra literária como a de Lewis Carroll é uma obra aberta a leituras de diversos níveis. Nossa leitura permaneceu apenas num nível particular; há outros aspectos a estudar sem que o esforço interpretativo comum dos estudantes dessa obra possa um dia chegar a uma conclusão definitiva sobre seu significado.

A obra literária é, portanto, um signo sem interpretante final, no sentido que Peirce dá a essa expressão. A obra sempre continuará aberta a interpretações imprevistas, até mesmo por parte de seu autor. Carroll parece ter adivinhado a característica evolutiva dos seus textos quando escreveu o seguinte a uma amiga:²⁶

Still, you know, words mean more than we mean to express when we use them; so a whole book ought to mean a great deal more than the writer means. So whatever good meanings are in the book, I am glad to accept as the meaning of the book.

Assim, podemos concluir que, mesmo se Carroll não tivesse previsto como interpretante dinâmico todas as implicações interpretativas da nossa leitura peirceana, ele deveria, ao menos, aceitá-la como interpretante imediato, quer dizer, como um dos sentidos possíveis de sua obra.

26. Em C. J. Wollen, "Lewis Carroll philosopher", *Hibbert Journal* 46 (1947), p. 63.

Depois de nossa digressão pela semiótica aplicada, gostaria de voltar, neste último capítulo, a algumas questões da semiótica geral. O assunto é interdisciplinar – a relação entre a semiótica e o paradigma das ciências cognitivas, como esse paradigma tem se desenvolvido e assumido caráter dominante nas ciências humanas – e de grande interesse para o futuro da semiótica.²⁷

Ciências rivais ou irmãs?

Tanto a semiótica quanto as ciências cognitivas têm sido desenvolvidas como ciências transdisciplinares. Será que o crescimento recente das ciências cognitivas não é um índice de substituição iminente da semiótica pelo novo paradigma? Enquanto alguns autores já evocaram o espectro do fim da semiótica na era do cognitivismo, outros têm previsto uma revolução cognitivista no próprio quadro da semiótica. Por outro lado, um autor como T. A. Sebeok (1991: 2) declarou que a semiótica é uma ciência cognitiva *avant la lettre* e que as ciências cognitivas são, em si mesmas, variantes da semiótica.

Diante desse panorama, quais são as direções das ciências que começam a ser vislumbradas?

27. Este artigo resume idéias previamente publicadas em *Semiosis* (Stuttgart) 73 (1994), p. 5-16.

O GIRO COGNITIVO E A HISTÓRIA DA FILOSOFIA DA MENTE

Conforme a historiografia normal das ciências cognitivas, o paradigma cognitivo não é de maneira nenhuma oposto à semiótica, mas surgiu das cinzas do behaviorismo. Na área da psicologia, a história dessa ciência no nosso século tem até sido considerada como seqüência de só duas eras: a do behaviorismo e a do cognitivismo (cf. Knapp, 1986: 13).

Porém, a partir da perspectiva mais geral da história das ciências humanas, o giro cognitivo não tem sido só uma substituição de um paradigma por um outro, mas também uma restrição do escopo das ciências da mente. De fato, a psicologia, nas suas origens, começou com uma divisão do estudo da mente em três partes: cognição, afeição e conação (ou: conhecimento, sentimento e volição).²⁸ Essa tríade pode ser encontrada já nas obras de Christian Wolff (1679-1754) e Alexander Baumgarten (1714-1762), que distinguem uma *facultas* cognoscitiva, uma *facultas* sensitiva

28. Cf. E. R. Hilgard, "The trilogy of mind", *Journal of the History of the Behavioral Sciences* 16 (1980), p. 107-17.

PEIRCE E AS BASES SEMIÓTICAS DO PARADIGMA COGNITIVO

e uma *facultas appetiva*. A tríade é também aparente na obra de Immanuel Kant (1724-1804), com suas três críticas: da razão pura (cognição), do julgamento (sentimento de prazer e dor) e da razão prática (volição e ação).

Nessa ampla tradição, o paradigma cognitivo já começa a ser criticado pelo seu descuido para com a dimensão afetiva da mente. Essa crítica advém também de considerações sobre a estrutura de funcionamento do cérebro humano, no qual a diferenciação evolutiva entre neocortex (que coordena a cognição) e do sistema límbico (que coordena os afetos) fornece evidência para pensarmos a autonomia modular dos afetos e das cognições (cf. MacLean, 1972).

COGNIÇÃO NA SEMIOSE

Na filosofia de Peirce, a tríade tradicional da mente corresponde às suas três categorias de primeiridade, secundidade e terceiridade. O sentimento pertence à primeiridade, a categoria do imediato e das qualidades ainda não diferenciadas. A volição pertence à secundidade, categoria da interação diádica entre o eu e o outro (um primeiro e um segundo). A cognição pertence à terceiridade, categoria da comunicação, da representação "entre um segundo e um primeiro" (CP, 5.66).

Embora cada categoria seja irredutível em si mesma, as mais elevadas pressupõem as mais baixas. Nesse sentido, o sentimento não é secundário à cognição mas está contido nela e faz a mediação entre o sentimento e a volição. Conforme Merrell indica, sentimento, volição e cognição também correspondem aos três constituintes do signo, de acordo com Peirce. O representamen, percebido na sua imediatividade, pertence ao sentimento: "Aquilo no lugar do qual ele está, o objeto, é um outro diferente do eu e sujeito à volição. E a idéia que o representamen origina é o seu interpretante, que também resulta numa atividade cognitiva" (Merrell, 1971: 27).

A cognição é, portanto, um elemento constitutivo no processo do signo triádico ou semiose, tal como Peirce (CP, 5.484) define o processo em que o signo tem um efeito cognitivo no seu intérprete. Mas a semiose não pode ser reduzida à cognição. Ela pressupõe a percepção, um processo triádico²⁹ gerado na consciência do observador a partir de um nível de sentimento imediato ainda indiferenciado, no qual ele é "meramente a qualidade de um signo mental" (Peirce, CP, 5.291).

Além de estar enraizada na tríade que forma junto ao sentimento e à volição, nesta moldura semiótica, a cognição é parte de uma cadeia infinita de semiose ilimitada, de acordo com a qual ela "é determinada por uma cognição prévia" na mente do intérprete. As cognições são, conseqüentemente, nós na rede semiótica ilimitada que tem suas fundações no princípio de que "todo pensamento é um signo" que "deve se dirigir a um outro, deve determinar algum outro, visto que essa é a essência de um signo" (Peirce, CP, 5.253).

29. Cf. Lucia Santaella, "A triadic theory of perception", in: R. J. Jorna, B. van Heusden, R. Posner (eds.), *Signs, search and communications*, Berlin, de Gruyter, 1993, p. 39-47.

COGNIÇÃO, CONCEITUALIZAÇÃO E ICONICIDADE

O paradigma cognitivo não é de modo algum homogêneo nas suas suposições básicas. Além disso, há também incompatibilidades entre correntes cognitivas diversas no seu estudo da mente. Lakoff (1987: xii-xv), por exemplo, opõe sua visão "experimentalista" da cognição às vertentes "objetivistas" do estudo da mente. A semiótica, por outro lado, não é menos diversificada nas suas correntes de estudo dos sistemas sógnicos e, nesse contexto, é importante notar que nem todos os paradigmas da tradição semiótica são igualmente compatíveis com as visões mantidas pelos cognitivistas.

A semiótica, na tradição saussureana do modelo diádico do signo, é um paradigma essencialmente incompatível com as suposições básicas da ciência cognitiva. Uma delas é a hipótese cognitivista da motivação do pensamento e da linguagem pela experiência corporal, a conformação biológica e raízes evolucionistas dos seres humanos.

De acordo com a visão que Lakoff (1987: xiv) tem da motivação cognitiva da linguagem, "o coração dos nossos sistemas conceituais está diretamente fundado na percepção, no movimento corporal e na experiência de caráter físico e social". Tal visão não

seria endossada pelos semioticistas da tradição diádica do signo que vai de Saussure, via Hjelmslev, até Greimas. Conforme o dogma saussureano da arbitrariedade, a estrutura dos conceitos lingüísticos é essencialmente imotivada por fenômenos não-lingüísticos. O pensamento antes da linguagem seria apenas uma massa amorfa e indistinta, uma nebulosa vaga não delimitada. Para essa tradição, "as idéias não existem antes da linguagem; nada é distinto e inteligível antes do aparecimento da linguagem".³⁰

A semiótica na tradição do signo triádico peirceano, ao contrário, não é apenas compatível com a hipótese de a linguagem ser cognitivamente motivada, como também é capaz de fornecer moldura teórica apropriada para esse princípio cognitivista através da categoria do signo icônico, cujas "qualidades assemelham-se àquelas do seu objeto" (Peirce, CP, 2.299). Na medida em que um signo lingüístico ou padrão sintático é motivado cognitivamente pela estrutura da experiência corpórea, ele é um signo icônico. Note-se que a teoria semiótica da iconicidade não adota o realismo ingênuo que Lakoff (1987: 13) imputa à visão objetivista da cognição, a visão de que "uma vez que a mente humana faz uso de representações internas da realidade externa, a mente é um espelho da natureza e a razão correta espelha a lógica do mundo externo".

Na moldura da semiótica peirceana, o objeto do signo verbal icônico não é de modo algum qualquer parte da realidade. Particularmente, um signo motivado por uma experiência corporal prévia é icônico das formas da cognição humana e seu objeto, a cognição motivadora, é assim, ela mesma, de uma natureza semiótica.³¹

A referência icônica não relaciona o signo com um referente externo, mas ocorre dentro do processo da semiose. Conforme

30. Ferdinand de Saussure, *Curso de lingüística geral*, São Paulo, Cultrix, (1916) 1969, p. 130 e Winfried Nöth, 1996, p. 33.

31. Cf. Lucia Santaella, *op. cit.*, "Charles S. Peirce's object (of the sign)", in: *Versus* 49 (1988), p. 53-8.

Peirce colocou em 1902, "o objeto do signo, aquilo a que ele virtualmente, pelo menos, professa ser aplicável, só pode ser ele mesmo um signo" (Pearce, 1967, manuscrito 599).

A explicação da motivação cognitiva na linguagem como semiose icônica é também compatível com o postulado cognitivo de Lakoff (1987: xiv) de que "o pensamento é imaginativo, na medida em que aqueles conceitos que não estão diretamente fundados na experiência empregam metáfora, metonímia e imagens mentais, todas elas indo além do espelhamento literal ou representação da realidade externa". A natureza imaginativa da cognição, à qual Lakoff se refere nesse postulado, reporta-se às variedades da semiose icônica que Peirce distingue como a imagética, a diagramática e a metafórica, hoje, fundação da semiótica lingüística.

MODELOS DE COGNIÇÃO COMO MODELOS DE SEMIOSES

Holstein (1990: 106) apontou para o fato de que o giro do behaviorismo para o paradigma cognitivista se fez acompanhar por um giro da metalinguagem fiscalista para a semiótica. Em lugar de categorias físicas, tais como energia, tensão, descarga, impulso, atração, repulsão ou reforço, o novo paradigma usa categorias que se referem a signos e processos sígnicos. Representação, imagem, informação ou código, programa e computação são os termos do novo paradigma

Este giro de metalinguagem fiscalista para a semiótica caminha paralelamente com a mudança de uma lógica das relações diádicas, que são básicas na física clássica (tais como causa-efeito, estímulo-resposta), para relações triádicas, que estão subjacentes aos processos semióticos.³² Examinemos, no que se segue, alguns termos-chave da ciência cognitiva, para que se possa investigar em mais detalhes sua natureza semiótica.

32. Cf. John Deely, *Introducing semiotic*, Bloomington, Indiana Univ. Press, 1982, p. 95. Ver também Dan Neshier, "Understanding sign semiosis as cognition", in: *Semiotica* 79 (1990), p. 4.

Cognição como interpretante e signo equivalente

Já comentamos brevemente sobre a natureza semiótica da cognição, o termo do qual a ciência cognitiva buscou seu nome. A tríade semiótica do signo veículo (representamen), objeto e interpretante (p. 65, 128) constitui o signo como "um representamen do qual algum interpretante é a cognição de uma mente" (Peirce, CP, 2.242). A cognição funciona então em primeiro lugar como o interpretante de um signo, que Peirce (CP, 8.179) também define como o pensamento ou idéia "criada na mente do intérprete" de um signo. No entanto, uma vez que o pensamento, e, portanto, a cognição, de acordo com Peirce (CP, 5.283), é somente possível através de signos, o interpretante de um signo também funciona ele mesmo como um signo. Na cadeia infinita de semioses, a cognição é, portanto, um "signo-pensamento [...] traduzido ou interpretado por um subsequente" (CP, 5.284).

Givón (1989: 21, 71) adota a noção peirceana de interpretante como uma base de sua gramática cognitiva, usando-a como um sinônimo do "contexto percebido" dos signos da linguagem. Uma vez que "contexto" comumente se refere à dimensão sintagmática dos signos da linguagem, essa interpretação pode ser enganadora. A relação entre o representamen e seu interpretante é mais uma relação paradigmática, uma vez que ambos os signos estão em uma relação de equivalência semiótica ao referir-se ao mesmo objeto. Como assinala Peirce (CP, 2.228), o signo criado na mente de um intérprete é "um signo equivalente, ou talvez um signo mais desenvolvido".

A relação de equivalência é também central para o paradigma cognitivo. Ela caracteriza, por um lado, a relação lógica entre o domínio do representante e do representado de uma representação cognitiva (p. 135) e é, por outro lado, importante para o processo mental de assimilação de novas cognições. Neste último sentido, Minsky (1986: 57)³³ define a compreensão como

33. Ver também: Thomas A. Sebeok, *Semiotics in the United States*, Bloomington, Indiana Univ. Press, 1992, p. 4.

um processo em que representamos tudo o que é novo como se essa coisa nova se assemelhasse a algo que já conhecemos. Sempre que o funcionamento interno de uma nova coisa é bastante estranho ou complicado de se lidar diretamente, representamos quaisquer que sejam suas partes em termos de signos mais familiares. Desta forma, fazemos com que cada novidade pareça similar a algo mais comum.

Representações mentais, modelos e iconicidade

A ciência cognitiva investiga significados como representações mentais e descreve a compreensão como um processo de construção de modelos mentais.³⁴ A natureza semiótica destes processos é óbvia para cognitivistas e semioticistas.

Johnson-Laird (1988a: 28) enumera "percepções, idéias, imagens, crenças, hipóteses, pensamentos e memórias" como exemplos de representações mentais e especifica que "todas estas entidades [...] são símbolos de um ou de outro tipo". Em termos de semiótica peirceana, o argumento é que "cada pensamento, ou representação cognitiva, é da natureza, do signo. "Representação" e "signo" são sinônimos" (Peirce, CP, 8.191).

Tendo como base a ciência cognitiva, Palmer (1978: 262) define o conceito de representação da seguinte maneira:

Uma representação é, primeiro e antes de mais nada, algo que está no lugar de outra coisa. Em outras palavras, é algum tipo de modelo da coisa (ou coisas) que ela representa. Esta descrição

34. Cf. Philip N. Johnson-Laird, "How is meaning mentally represented?", in: U. Eco, M. Santambrogio & P. Violi (eds.), *Meaning and mental representations*, Bloomington, Indiana Univ. Press, 1988b, p. 99, 110.

implica a existência de dois mundos relacionados mas funcionalmente separados: o mundo representado e o mundo representante. A função do mundo representante é refletir alguns aspectos do mundo representado de alguma maneira. Nem todos os aspectos do mundo representado precisam ser modelados, nem todos os aspectos do mundo representante precisam modelar um aspecto do mundo representado. No entanto, deverá haver alguns aspectos correspondentes se um mundo representar o outro.

A base semiótica dessa concepção cognitiva de representação é, por um lado, o ingênuo modelo diádico, não o do tipo saussureano, mas aquele baseado na hipótese realista de uma simples oposição signo/objeto ou mente/mundo. Por outro lado, Palmer defende a visão de iconicidade na representação mental. De maneira similar, Joma (1990: 31, 35) define representação como o mapeamento de estruturas de um domínio representado referindo-se àquelas de um domínio representante, onde a relação entre os dois domínios é de equivalência ou semelhança (portanto iconicidade). Como Joma (1990: 37) assinala, os conceitos fundamentais da ciência cognitiva, tais como modelo, analogia, metáfora, simulação e representação, "são baseados na noção de representação pictórica, ou seja, no retrato do(s) (aspectos do) domínio A no/sobre o domínio B".

A ciência cognitiva distingue muitos subtipos de representações mentais relacionadas a diferentes atividades da mente. Entre eles estão as representações perceptuais, pictoriais, proposicionais, episódicas e semânticas (cf. Joma, 1990: 20). Estas podem ser incluídas na categoria de iconicidade ou elas não evidenciam a presença de signos icônicos e simbólicos na representação mental? A resposta para esta questão pode ser dada se levarmos em consideração os três tipos de iconicidade peirceana: iconicidade ima-

gética, diagramática e metafórica. Na representação pictórica há, sem dúvida, a predominância da iconicidade imagética. As representações semânticas e proposicionais envolvem o processamento de signos simbólicos (arbitrários), mas, na medida em que concernem a seus padrões sintagmáticos, tais representações também evidenciam iconicidade diagramática (p. 135).

Cognição e mediação semiótica

Contrariamente ao modelo diádico ingênuo (mundo/mente) de cognição, as teorias triádicas da cognição semioticamente mais adequadas são aquelas que reconhecem o papel da mediação na cognição. Do ponto de vista da ciência cognitiva, Molitor, Ballstaedt e Mandl (1989: 10) descrevem a função mediata dos modelos mentais da seguinte forma:

Modelos mentais parecem oferecer um meio de mediação entre as diferentes formas de conhecimento. Um modelo mental é a representação de uma área limitada da realidade num formato que permite a simulação interna de processos externos de tal forma que permita tirar conclusões e fazer predições.

Novamente, temos uma descrição cognitivista do papel do interpretante – também modelo mental – no processo de interpretação. A função de mediação neste processo é mais especificamente clara na teoria dos modelos mentais na compreensão da linguagem proposta por Johnson-Laird (1988b: 110):

De acordo com esta teoria, a representação mental inicial de um enunciado que está próximo de sua forma lingüística é usada para construir um modelo

do estado de coisas que é descrito [...]. O processo é guiado por um conhecimento da contribuição para as condições de verdade produzidas pelas palavras no enunciado, por um conhecimento de como combinar significados de acordo com a sintaxe [...] por um conhecimento do contexto [...] e pelo conhecimento geral do domínio das convenções do discurso.

Esta descrição da cognição verbal corresponde em sua base à concepção triádica peirceana de semiose. Ela começa com uma especificação da fala como um representamen, que já é um signo, uma vez que evoca uma representação inicial mental. Os “estados de coisas” são os objetos deste signo. Os modelos mentais fazem a mediação entre esses dois correlatos do signo como seu interpretante. Fazem surgir um “signo mais desenvolvido” (p. 134) e são auxiliados neste processo pelos vários modos de conhecimento disponível. A concepção de Johnson-Laird da compreensão do texto pode assim servir como uma exemplificação da definição de Peirce do interpretante como uma “representação mediata” (CP, 1.554) e de representação como um “meio entre um segundo e seu primeiro” (CP, 5.66). Peirce deve ter antecipado o papel central que sua idéia de mediação um dia teria na teoria cognitivista dos modelos mentais quando exclamou em 1906 (MS, 339):³⁵ “Todas as minhas noções são muito estreitas. Ao invés de ‘Signo’, não deveria dizer ‘Meio’?”

Esquemas, hábitos e interpretante final

A teoria dos esquemas é uma abordagem adicional da cognição cujos fundamentos podem ser elucidados tendo-se como

35. Em Richard J. Parmentier, “Sign’s place in medias res”, in: E. Mertz & R.J. Parmentier (eds.), *Semiotic mediation*, Orlando, FL, Academic Press, 1985, p. 23.

referência a teoria da semiose. No contexto da cognição, o termo esquema foi primeiramente proposto por Kant e depois adotado como um termo-chave na psicologia da memória de Bartlett e na epistemologia genética de Piaget. Tendo como fundamento a ciência cognitiva, Rumelhart (1980: 33-34) define esquema como os “tijolos da cognição” que representam e organizam o uso do conhecimento:

Um esquema, portanto, é uma estrutura de informação para representar os conceitos gerais guardados na memória [...]. Um esquema contém, como parte de sua especificação, a rede de intercorrelações que se acredita estar normalmente entre os constituintes do conceito em questão.

Há três implicações semióticas nesta consideração do papel dos esquemas no processo de cognição. O primeiro é que a descrição de esquemas como “redes de inter-relações” refere-se ao princípio semiótico de semiose ilimitada (p. 128), de acordo com a qual o interpretante do signo está sempre presente em uma rede de cognições prévias (e futuras) ou elementos do conhecimento. A segunda implicação tem a ver com a natureza essencialmente inferencial da semiose que se reporta ao princípio peirceano de que toda cognição é determinada logicamente pelas cognições prévias.³⁶ Uma vez que os esquemas são formados como resultado de cognições previamente memorizadas, estes servem da mesma maneira como dados dos quais derivam-se inferências na interpretação de novas cognições. A terceira implicação refere-se ao fato de os esquemas serem um conjunto de relações que o intérprete “acredita estar normalmente entre os constituintes de um conceito”. As categorias semióticas que estão mais proximamente associadas

36. Cf. G. Gentry, “Peirce’s early and later theory of cognition and meaning”, in: *Philosophical Review* 55 (1946), p. 636-37.

a este aspecto dos esquemas são as do hábito³⁷ e da generalização. Ambas as categorias são centrais para a semiose como processo cognitivo,³⁸ pois hábitos e regras gerais são o resultado do uso do signo e o pré-requisito das inferências necessárias na interpretação do signo. Neste contexto, Peirce (CP, 8.332) argumenta: "Parece-me que a função essencial de um signo é [...] estabelecer um hábito ou uma regra geral de acordo com a qual eles agirão numa dada ocasião". Mais especificamente em sua teoria do significado, a categoria do hábito é constitutiva daquilo que Peirce define como o interpretante lógico "final", "normal" ou "último".³⁹ Este tipo de interpretante refere-se à fase final no processo de interpretação semiótica, na qual a cognição formada na mente do intérprete toma-se um hábito, "uma tendência [...] certa de comportar-se de maneira similar sob circunstâncias similares no futuro" (Peirce, CP, 5.487). Neste estágio, o signo preenche a mesma função de um esquema da cognição. Ele aponta tanto para o passado (qua memória) quanto para o futuro (qua interpretação habitual) no processo de semiose. Como Peirce afirmou em 1902:⁴⁰ "A natureza de um signo é como a da memória, que recebe as transmissões da memória passada e transfere parte dela para a memória futura."

37. Cf. M. Arbib & M. Hesse, *The construction of reality*, Cambridge Univ. Press, 1986, p. 43.

38. Cf. Dan Neshier, "Understanding sign semiosis as cognition", in: *Semiotica* 79 (1990), p. 10.

39. Cf. G. Gentry, "Habit and the logical interpretant", in: P. P. Wiener & F. H. Young (eds.), *Studies in the philosophy of Charles Sanders Peirce*, Cambridge, MA, Harvard Univ. Press, 1952, p. 75-90.

40. MS, 599, citado em J. Dines Johansen, *Dialogic semiosis*, Bloomington, Indiana Univ. Press, 1993, p. 169.

CONCLUSÃO

A semiótica está longe de ser um paradigma ameaçado pelo advento da ciência cognitiva, mas há um desafio duplo para as ciências do signo e da cognição. Enquanto a ciência cognitiva representa um desafio para a semiótica na medida em que semioticistas são requisitados para contribuir nas fundações dos estudos cognitivos, a semiótica é também um desafio para a ciência cognitiva na medida em que o novo paradigma no estudo da mente não pode atingir um conhecimento satisfatório da cognição sem levar em consideração o conhecimento com que a semiótica tem contribuído para o estudo da cognição desde quando John Locke primeiramente postulou uma *Semiotiké* como uma *Disciplina* dos *Signos* em 1690.

BIBLIOGRAFIA

- Abrams, M. H. 1953. *The mirror and the lamp*. Oxford, Univ. Press.
- Arbib, M. & M. Hesse. 1986. *The construction of reality*. Cambridge, Univ. Press.
- Arnauld, Antoine & Pierre Nicole. (1683) 1965. *La logique ou l'art de penser*. Organização de B. von Freytag Löringhoff & H. E. Brekle, 2 vols. Stuttgart, Frommann.
- Agostinho, Aurélio. (397) 1971. *Doutrina cristã*. São Paulo, Edições Paulinas.
- Baer, Eugen. 1987. Grasping semiotics. In: *Semiotica 65-1/2*, 157-61.
- Barthes, Roland. (1964) 1993. *Elementos de semiologia*. São Paulo, Cultrix.
- _____. 1972. *Critical essays*. Evanston, North Western Univ. Press.
- Baudrillard, Jean. 1976. *L'échange symbolique et la mort*. Paris, Gallimard.
- Baumgarten, Alexander Gottlieb (1750/58) 1983. *Theoretische Ästhetik*. Organização de H. R. Schweizer. Hamburg, Meiner.
- Berkeley, George. (1710) 1969. *The principles of human knowledge*. Organização de G.J. Warnock. London, Fontana.

- Bolzano, Bernard. (1837a) 1971. *Semiotik*. Organização e Introdução de E. Walther. Stuttgart, Edition Rot.
- _____. (1837b) 1970. *Wissenschaftslehre*. 4 vols. Aalen, Scientia. Trad. ingl., 1973. *Theory of science*. Dordrecht, Reidel.
- Bottin, Francesco. 1978. La polemica contro i Moderni Loyci [...] nella Decas Loyca di Leonino da Padova. In: *Medioevo* 4, 108.
- Bühler, Karl. (1934) 1965. *Sprachtheorie*. Stuttgart, Fischer.
- Carroll, Lewis. (1865/1871) 1971. *Alice in wonderland*. Organização de D. J. Gray. New York, Norton. Trad. port., 1977, por Sebastião Uchoa Leite, *Aventuras de Alice*. Rio de Janeiro, Fontana/Summus.
- Carroll, Lewis. (1890) 1977. Sylvie and Bruno concluded. In: L. Carroll. *The complete works*. Organização de A. Woollcott. London, Nonesuch.
- Condillac, Etienne B. de. (1746) 1947. Essai sur l'origine des connaissances humaines. In: E. B. de Condillac. 1947. *Oeuvres philosophiques*. Paris, Presses Univ. de France, vol. 1, 1-118.
- Daddesio, T. A. 1986. The construction of reality. *American Journal of Semiotics* 6, Cambridge, 312-24.
- Dalgarno, George. (1661) 1968. *Ars signorum, vulgo character universalis et lingua philosophica*. Menston, Scolar.
- Deely, John. 1982. *Introducing semiotic*. Bloomington, Indiana Univ. Press. Trad. port., 1995. *Introdução à semiótica*. Lisboa, Fundação C. Gulbenkian.
- Degérando, M.-J. 1800. *Des signes et de l'art de penser considérés dans leurs rapports mutuels*. Paris, Etienne.
- Dilthey, Wilhelm. (1900) 1968. Die Entstehung der Hermeneutik. In: W. Dilthey. *Gesammelte Schriften*, vol. 5. Göttingen, Vandenhoeck & Ruprecht, 317-31.
- Eberle, Patricia J. 1986. Semionauts. In: *Toronto Semiotic Circle* 6, 4.

- Eco, Umberto. 1976. *A theory of semiotics*. Bloomington, Indiana Univ. Press.
- Eco, Umberto, Roberto Lambertini, Costantino Marmo & Andrea Tabarroni. 1986. "Latratu canis" or *The dog's barking*. In: J. Deely, B. Williams & F.E. Kruse (orgs.). *Frontiers in Semiotics*. Bloomington, Indiana Univ. Press, 63-73.
- Fish, Stanley. 1980. *Is there a text in this class? The authority of interpretive communities*. Cambridge (Mass.), Harvard Univ. Press.
- Foucault, Michel. 1966. *Les mots et les choses*. Paris, Gallimard.
- Gentry, G. 1946. Peirce's early and later theory of cognition and meaning. *Philosophical Review* 55, 634-650.
- Gentry, G. 1952. Habit and the logical interpretant. In: P. P. Wiener & F. H. Young (orgs.). *Studies in the philosophy of Charles Sanders Peirce*. Cambridge, MA, Harvard Univ. Press, 75-90.
- Givón, Talmy. 1989. *Mind, code, and context*. Hillsdale, NJ, Lawrence Erlbaum.
- Goodman, Nelson. 1972. *Seven strictures on similarity*. In: N. Goodman. *Problems and projects*. Indianapolis, Bobbs-Merrill, 437-47.
- Haller, Rudolf. 1959. *Das 'Zeichen' und die 'Zeichenlehre' in der Philosophie der Neuzeit*, In: *Archiv für Begriffsgeschichte* 4, 113-57.
- Hegel, Georg Wilhelm Friedrich. (1830) 1970. *Enzyklopädie der philosophischen Wissenschaften*, 3 vols. Frankfurt/Main, Suhrkamp.
- Herder, Johann Gottfried. 1768 (1877). *Über die neuere deutsche Literatur. Fragmente (Sämtliche Werke)*. Organização de B. Suphan, vol. 2), 1-108. Berlin, Weidmann.
- Hilgard, E.R. 1980. *The trilogy of mind*. *Journal of the History of the Behavioral Sciences* 16, 107-17.
- Hjelmslev, Louis. (1943) 1961. *Prolegomena to a theory of language*. Madison, Univ. of Wisconsin Press.

- Hobbes, Thomas (1655) 1966. Elements of philosophy 1, Concerning body. In: T. Hobbes, *The English works*, vol. 1. Aalen, Scientia.
- Holenstein, Elmar. 1990. Kognitive oder semiotische Wissenschaft. In: W. A. Koch (ed). *Semiotik und Wissenschaftstheorie*. Bochum, Brockmeyer, 103-17.
- Jakobson, Roman. 1971. À procura da essência da linguagem. In: R. Jakobson. *Linguística e comunicação*. São Paulo, Cultrix, 98-117.
- João de São Tomás (Ioannis a Sancto Thoma). (1634) 1948. *Ars logica*. Organização de Beato Reiser. Roma, Marietti.
- Johansen, J. Dines. 1993. *Dialogic semiosis*. Bloomington, Indiana Univ. Press.
- Johnson-Laird, Philip N. 1988a. *The computer and the mind*. Cambridge, MA, Harvard Univ. Press.
- Johnson-Laird, Philip N. 1988b. How is meaning mentally represented? In: U. Eco, M. Santambrogio & P. Violi (orgs.). *Meaning and mental representations*. Bloomington, Indiana Univ. Press, 99-118.
- Jorna, René. 1990. *Knowledge representation and symbols in the mind*. Tübingen, Stauffenburg.
- Knapp, Terry J. 1986. The emergence of cognitive psychology. In: T. J. Knapp & L. C. Robertson (orgs.). *Approaches to cognition*. Hillsdale, Erlbaum, 13-35.
- Korzybski, Alfred. 1933. *Science and sanity*. Lakeville, Conn., Int. Non-Aristotelian Library.
- Lakoff, George. 1987. *Women, fire and dangerous things: What categories reveal about the mind*. Chicago, Univ. Press.
- Lambert, Johann Heinrich. (1764) 1965. *Neues Organon oder Gedanken über die Erforschung und Bezeichnung des Wahren und dessen Unterscheidung vom Irrthum und Schein* (*Philosophische Schriften*, vol. 1-2). Hildesheim, Olms.
- Locke, John. (1690) 1973. *An essay concerning human understanding*. London, Collins.

- Lotman, Jurij. 1977. *The structure of the artistic text*. Ann Arbor, Michigan Slavic Contributions.
- MacLean, Paul D. 1972. *Cerebral evolution and emotional processes*. In: *Annals of the New York Academy of Sciences* 193, 137-49.
- Manetti, Giovanni. 1993. *Theories of the sign in classical Antiquity*. Bloomington, Indiana Univ. Press.
- Maturana, Humberto R. & Francisco Varela. 1972. *Autopoiesis and cognition*. Dordrecht, Reidel.
- Merrell, Floyd. 1991. *Signs becoming signs*. Bloomington, Indiana Univ. Press.
- Minsky, Marvin. 1986. *The society of mind*. New York, Simon & Schuster.
- Molitor, Sylvie, Steffen-Peter Ballstaedt & Heinz Mandl. 1989. Problems in knowledge acquisition from text and pictures. In: H. Mandl & J. R. Levin (orgs.). *Knowledge acquisition from text and pictures*. Amsterdam, North Holland, 3-35.
- Morris, Charles W. 1971. *Writings on the general theory of signs*. The Hague, Mouton.
- Nesher, Dan. 1990. Understanding sign semiosis as cognition and as self-conscious process. In: *Semiotica* 79, 1-49.
- Neto, Teixeira Coelho. 1980. *Semiótica, informação e comunicação*. São Paulo, Perspectiva.
- Nöth, Winfried. 1972. *Strukturen des Happenings*. Hildesheim, Olms.
- _____. 1986. El marco semiótico de la textolingüística. In: J. B. Leongómez (org.). *Antología de lingüística textual*. Bogotá (Publ. del Inst. Caro y Cuervo, ser. min.), 75-98.
- _____. 1990a. *Handbook of semiotics*. Bloomington, Indiana Univ. Press (Advances in semiotics).
- _____. 1990b. The semiotic potential for iconicity in spoken and written language. In: *Kodikas/Code* 13, 191-209.
- _____. 1994a. Alice's adventures in semiosis. In: R. Fordyce & C. Marelló (orgs.). *Semiotics and linguistics in Alice's worlds*. Berlin, de Gruyter, 11-25.

- Nöth, Winfried. 1994b. Semiotic foundations of the cognitive paradigm. In: *Semiosis* (Stuttgart) 73, 5-16.
- _____. (org.). 1994c. *Origins of semiosis*. Berlin, New York, Mouton de Gruyter.
- _____. 1996. *A semiótica no século XX*. São Paulo: Annablume.
- Oehler, Klaus. 1981. Johann Gottlieb Fichte. In: A. Lange-Seidl (org.). *Zeichenkonstitution*, vol. 1. Berlin, de Gruyter, 75-81.
- Ogden, Charles Kay & Ivor Armstrong Richards. (1923) 1946. *The meaning of meaning*. New York, Harcourt.
- Palmer, S.E. 1978. Fundamental aspects of cognitive representation. In: E. Rosch & B. B. Lloyd (orgs.). *Cognition and categorization*. Hillsdale, N. J., Lawrence Erlbaum, 259-303.
- Parmentier, Richard J. 1985. Sign's place in medias res: Peirce's concept of semiotic mediation. In: E. Mertz & R. J. Parmentier (orgs.). *Semiotic mediation*. Orlando, FL, Academic Press, 23-48.
- Peirce, Charles Sanders. 1931-58. *Collected papers*. vols. 1-6 organizados por Charles Hartshorne & Paul Weiss; vols. 7-8 organizado por Arthur W. Burks. Cambridge, Mass., Harvard Univ. Press.
- _____. 1967. Annotated Catalogue of the Papers of Charles S. Peirce de Richard S. Robin. Amherst, University of Massachusetts Press.
- _____. 1977. *Semiotic and signification: The correspondence between Charles S. Peirce and Victoria Lady Welby*. Organização de C. S. Hardwick. Bloomington, Indiana Univ. Press.
- Poinsot, John (João de São Tomás). (1632) 1985. *Tractatus de signis*. Trad. & org. John N. Deely. Berkeley, Univ. of California Press.
- Rauch, Irmengard. 1994. 1994. In: *Semiotica* 98-1/2, 157-62.
- Rumelhart, David E. 1980. Schemata, the building blocks of cognition. In: R. J. Spiro, B. C. Bruce & W. F. Brewer (orgs.).

- Theoretical issues in reading comprehension*. Hillsdale, N. J., Lawrence Erlbaum, 33-58.
- Santaella, Lucia. 1983. *O que é semiótica*. São Paulo, Brasiliense.
- _____. 1988. Charles S. Peirce's object (of the sign). *Versus* 49, 53-58.
- _____. 1993. *A triadic theory of perception*. In: R. J. Joma, B. van Heusden, R. Posner (orgs.). *Signs, search and communications*. Berlin, de Gruyter, 39-47.
- Saussure, Ferdinand de. (1916) 1986. *Cours de linguistique générale*. Organização de Charles Bally & Albert Sechehaye. Paris, Payot. Trad. port. 1969. *Curso de lingüística geral*. São Paulo, Cultrix.
- Sebeok, Thomas A. 1986. An evolving theory of mind. *Times Literary Supplement* 4 July, 740.
- Sebeok, Thomas A. 1991. *Semiotics in the United States*. Bloomington, Indiana Univ. Press.
- Sebeok, Thomas A., Alfred S. Hayes & Mary Catherine Bateson (orgs.) (1964) 1972. *Approaches to semiotics*. The Hague, Mouton.
- Smart, Benjamin Humphrey. 1842. *Beginnings of a new school of metaphysics*. Three essays: (1) Outline of sematology & sequel to sematology (1831). (2) Sequel to sematology (1837). (3) Appendix (1839). London, Longman.
- Vico, Giambattista. (1725) 1984. *The new science*. Trad. T. G. Bergin & M. H. Fish. Ithaca, Cornell Univ. Press.
- Welby, Victoria Lady. (1903) 1983. *What is meaning?* Organização de A. Eschbach. Amsterdam, Benjamins.
- _____. (1911) 1985. *Signification and language*. Organização de H. W. Schmitz. Amsterdam, Benjamins.
- Wilkins, John. (1641) 1984. *Mercury, or the secret and swift messenger*. Amsterdam, Benjamins.
- Wolff, Christian. (1720) 1983. *Vernünftige Gedancken von Gott, der Welt und der Seele des Menschen, auch allen Dingen überhaupt* (Gesammelte Werke I. 2). Hildeshmheim, Olms.

**Dados de Catalogação na Publicação (CIP) Internacional
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Nöth, Winfried
Panorama da semiótica : de Platão a Peirce / Winfried
Nöth. – São Paulo : Annablume, 1995. – (Coleção E ; 3)

Bibliografia

1. Peirce, Charles Sanders, 1839-1914 2. Semiótica
3. Semiótica – História 4. Signos e símbolos I. Título II. Série

95-2890

CDD-410

Índices para catálogo sistemático

1. Semiótica : Lingüística 410

**PANORAMA DA SEMIÓTICA
De Platão a Peirce**

Winfried Nöth

ISBN 85-85596-36-8

Projeto gráfico:

Aida Cassiano

Revisão:

Mara Guasco

CONSELHO EDITORIAL

Eduardo Peñuela Cañizal

Willi Bolle

Norval Baitello Júnior

Carlos Gardin

Lucrécia D'Aléssio Ferrara

Plínio de Arruda Sampaio

Maria Odila Leite da Silva Dias

Ivan Bystrina

Salma T. Muchail

Ubiratan D'Ambrósio

Gilberto de Mendonça Teles

Maria de Lourdes Sekeff

1.ª edição: julho de 1995

2.ª edição, revisada: julho de 1998

© Winfried Nöth

ANNABLUME editora • comunicação
Rua Padre Carvalho, 275 – Pinheiros
05427-100 . São Paulo . SP . Brasil
Tel. e Fax (011) 212-6764
<http://www.annablume.com.br>

WINFRIED NÖTH

**PANORAMA DA
SEMIÓTICA
DE PLATÃO A PEIRCE**


ANNABLUME